

# A DIFERENÇA / DEFICIÊNCIA SOB UMA ÓTICA HISTÓRICA

Lúcia de Araújo Ramos Martins<sup>1</sup>

## RESUMO

O texto aborda a questão da deficiência/diferença numa visão histórica, na qual estão expressas atitudes que partem da marginalização ou do extermínio das pessoas portadoras de deficiência, nas sociedades primitivas, até a busca atual pela sua plena inclusão escolar e social. Mesmo que mais representativas de períodos históricos distintos, essas atitudes coexistem ainda hoje, inclusive no meio educacional.

Palavras-chave: deficiência; diferença; visão histórica.

## ABSTRACT

The text approaches the question of the handicapping/difference in a historical vision in which are expressed attitudes that are spread from exclusion or extermination of handicapped people in the primitive societies until the current search for their full school and social

inclusion. Even if more representative of different historical periods those attitudes still coexist nowadays including inside the educational environment.

Key-words: handicapping; differences; historical vision.

## INTRODUÇÃO

Ao nos propormos discutir a situação educacional vivenciada pelas pessoas portadoras de deficiência, nos dias atuais, não podemos esquecer de que é resultante de todo um processo de evolução do atendimento às mesmas na sociedade. Essa evolução, por sua vez, acompanha a conquista e formulação dos direitos humanos e está interligada a aspectos econômicos, sociais, jurídicos, teológicos, educacionais e sociais (Pessotti, 1984).

Numa breve incursão pela história da raça humana, podemos observar que a maneira de perceber a diferença/deficiência variou de acordo com diversos critérios, profundamente relacionados com as maneiras de atendimento às necessidades básicas dos seres humanos e à forma de tratar o corpo.

Procuraremos, a partir deste momento, pontuar alguns aspectos sobre essa trajetória, contextualizando um pouco a situação social existente.

## O EXTERMÍNIO DOS FRACOS E DIFERENTES

Alguns autores, entre os quais Pessotti (op. cit) e Casarin (1997), ressaltam que poucos registros existem a respeito das pessoas portadoras de deficiência no período que antecedeu à Idade Média. Sabemos, no entanto, através de dados fornecidos por estudos realizados em diversas áreas, que nas sociedades primitivas, em decorrência dos povos serem nômades e dependentes da natureza para a alimentação, abrigo e sobrevivência, não havia lugar para os considerados fracos, para aqueles que não tivessem condições de colaborar efetivamente nas atividades produtivas. Assim, freqüentemente, sem qualquer sentimento de culpa, eram abandonados ou eliminados os enfermos, feridos graves, crianças que nasciam fracas ou mal formadas, e idosos, por serem considerados entraves à sobrevivência do grupo (Guhur, 1994; Heward, 1998; Bianchetti, op cit).

Na civilização grega havia uma preocupação constante com a formação de um elevado tipo de homem, no qual se evidenciava o cultivo das "virtudes" heróicas. Para atingi-las, tinham que ser trabalhados o **corpo** (para ser livre e descontraído) e o **espírito** (na busca de alcançar a harmonia e a perfeição).

Nessa perspectiva, a pessoa que apresentava uma deficiência não correspondia ao padrão de virtude (areté) estabelecido, que envolvia aspectos físicos (força, vigor e saúde) e mentais (sutileza e acuidade de espírito). Por contrariar o ideal contido na sociedade grega, ela não era digna de aspirar uma vida humana total e útil à "polis".

Esse ideal de homem perfeito, sem qualquer anormalidade no corpo e na mente, trouxe como conseqüência a instituição de um sistema eugênico, amplamente aceito e difundido na literatura filosófica antiga. Principalmente em Esparta, havia uma tradição estatal de cuidar das crianças, desde o período da concepção e gravidez. Aquelas crianças

consideradas defeituosas, identificadas ao nascer pelas comissões de mulheres instaladas nos templos de Ilithya (deusa dos partos) eram, logo após, eliminadas ou "expostas"- abandonadas à própria sorte, em lugares ermos (Martins, 1993). Isso ocorria em virtude de serem vistas como uma expressão da ira dos deuses ou de espíritos malignos (Amaral, 1994), bem como por não serem capazes de participar das atividades produtivas e guerreiras da comunidade, tais como os demais membros considerados incapacitados (Guhur, 1994).

A prática da exposição foi

*"admitida por Platão (Rep. 461c), por Aristóteles (Polit. P.150, 1335b) e, provavelmente, rejeitada por Hipócrates, em consonância com sua notória oposição ao aborto..."* (Pessotti, op cit, p. 4).

Essa concepção de que a diferença /deficiência representava uma forma de desarmonia com o modelo de homem estabelecido e difundido na Antiguidade perdurou por muito tempo.

## A VISÃO JUDAICO-CRISTÃ

Enquanto os gregos assumiam esse paradigma numa perspectiva filosófica, na cultura judaico-cristã ele passa a ser assumido sob um enfoque teológico, não mais se enfatizando a dicotomia corpo/mente, e, sim, a dicotomia corpo/alma (Bianchetti, op cit).

Os hebreus, consideravam a deficiência (assim como qualquer doença crônica) como impureza ou resultante do pecado do homem. Essa maneira de perceber a deficiência está claramente expressa na história e na legislação do povo hebreu. No livro Levítico, escrito por Moisés (grande legislador), que se constitui num manual de instrução para os sacerdotes, existe uma determinação para que qualquer homem que possuísse uma deformidade física não oferecesse sacrifícios a Deus:

*"nenhum dos teus descendentes, nas suas gerações, em quem houver algum defeito, se chegará para oferecer o pão do seu Deus. Nenhum homem, caso tenha algum defeito físico, se chegará; nenhum homem que seja cego, coxo, desfigurado ou deformado; nenhum homem que tenha o pé quebrado ou a mão quebrada, que for corcunda, ou anão, ou que tenha qualquer defeito dos olhos (...) Nenhum (...) em quem houver algum defeito, se chegará para oferecer as ofertas queimadas do Senhor"*  
( Levítico. Cap.21, vs. 18 - 21a).

Assim, às pessoas portadoras de deficiência era vedado o acesso a determinadas práticas religiosas e até a certos ambientes considerados sagrados (Martins, op cit), embora a lei judaica não excluísse totalmente esses indivíduos dos privilégios religiosos, pois prescrevia que esses poderiam *"comer do pão do seu Deus, tanto do Santíssimo, como do Santo"* (Ibidem, v. 22).

No cotidiano da vida em sociedade era comum vê-los fora das cidades (assim como acontecia com os leprosos e portadores de outras doenças incuráveis), ou à margem das estradas, implorando a compaixão das demais pessoas e sendo rejeitados pelos que por ali passavam. O Livro de Mateus, capítulo 20, vs 29-31, registra um fato que comprova essa marginalização em que viviam, quando diz que dois cegos imploraram a Jesus, para curá-los e foram repreendidos pela multidão que o seguia. Esses são apenas alguns exemplos sobre a forma como eram percebidos e tratados esses indivíduos, considerados incapazes ou impuros.

A situação das pessoas que apresentavam deficiências, por muito tempo, permaneceu inalterada. Com a propagação do Cristianismo, aos poucos, passa a haver uma nova visão sobre as mesmas: começam a ser vistas como criaturas de Deus (*"enfants du*

*bon Dieu*”), sendo condenadas as práticas da exposição e do extermínio anteriormente comuns em algumas sociedades. Isso decorre, principalmente, da propagação de valores relativos ao amor ao próximo, à compaixão para com os menos afortunados. Implanta-se uma visão mais tolerante em relação às mesmas, que passavam a perambular livremente pelos campos e cidades em busca de alimento e abrigo (Guhur, op cit).

Algum tempo depois, de uma maneira geral, essas pessoas começam a ser recolhidas em asilos, igrejas, conventos e até em suntuosos hospícios criados pela nobreza, ficando ali amontoadas e isoladas, em total promiscuidade, juntamente com velhos, pobres, doentes, mutilados, prostitutas e loucos. Dessa forma, elas eram assistidas, ou seja, “protegidas” e, ao mesmo tempo, a sociedade era poupada de conviver com seres considerados como inúteis, aberrantes ou anti-sociais. Não havia uma preocupação efetiva com a melhoria das condições de vida dessas pessoas.

Embora se beneficiassem “da caridade e boa vontade” dos cristãos, muitas vezes se constituíam em alvos prediletos para cerimônias de exorcismo, pois a deficiência que portavam era atribuída, ainda, a causas sobrenaturais, a espíritos malignos, sendo em vários momentos condenadas à morte na fogueira durante a Inquisição Católica. Na visão de Bianchetti (op cit, p. 32-33), “... a queima de alguém que trouxesse no seu corpo alguma diferença considerada não - normal (...) era justificada por estar “associado a um suposto consórcio com o demônio (...)”, devendo essa alma ser purificada pelas chamas.

Com as mudanças sociais surgidas a partir da ascensão da burguesia, o teocentrismo vai cedendo espaço para o antropocentrismo e, assim, homens e mulheres começam a ter maior poder de decisão

sobre as suas existências. Se na Idade Média a diferença/deficiência estava associada ao **pecado**, ela passa a ser correlacionada a uma **disfunção orgânica**. Surgem as primeiras reações científicas à visão teológica da deficiência, da parte dos médicos e alquimistas Paracelsus (1493-1541) e Cordano (1501-1576). Esses, contestando a teoria demonológica, percebem-na como um problema médico destacando que as pessoas deficientes mereciam tratamento e não punição ou exorcismo.

Em relação à possibilidade de educá-las, no entanto, por muito tempo, impera uma interpretação fatalista da diferença/deficiência. A partir da mesma, considera-se que pouco ou nada se pode fazer para educar essas pessoas, sendo a melhor solução o seu isolamento social. O estigma deixa de ser a danoção da alma para ser a ineducabilidade ou irrecuperabilidade do ser humano. Assim, o médico passa a ser o novo árbitro do destino do deficiente, encarregado de julgá-lo, salvá-lo e condená-lo (Pessotti, op cit).

Esse isolamento social decorre, também, das novas formas de trabalho, da transição para um mundo capitalista – dominado pelo comércio e produção – que faz com que sejam vistos como incapazes de realizar atividades produtivas, de se ajustarem às exigências do novo modelo, passando a ser encaminhados a locais de internação, sob a tutela do Estado.

## **AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS COM PESSOAS QUE APRESENTAM DEFICIÊNCIAS**

Apesar dessas situações relatadas, começam a surgir, na Europa, a partir do século XVI, algumas experiências positivas de educação de deficientes, porém isoladas. Podemos citar, entre essas: a do frade Ponce de León, que desenvolveu, em meados do século

XVI, um trabalho com crianças surdas, no Mosteiro de Oña e que depois escreveu um livro intitulado "*Doutrina para os Surdos-Mudos*"; a de Juan Pablo Bonet, em 1620, na França, ao editar a primeira obra nessa área, intitulada "*Redação das Letras e Artes de Ensinar os Mudos a Falar*"; a do Abade Charles Micchel De L'Épée, em 1770, ao criar a primeira escola pública para surdos, em Paris; a de Valetin Haüy, que em 1784, criou um Instituto para Cegos, em Paris; a de Louis Braille, aluno dessa instituição, que em 1829 faz uma adaptação do código de comunicação noturna utilizado pelos militares e cria um método de leitura e escrita para cegos utilizado até hoje.

Vale a pena destacarmos o trabalho desenvolvido pelo médico Jean Marc Itard (1774-1838) que iniciou o atendimento educacional aos deficientes mentais, ao atuar pedagogicamente, de forma intensiva, durante alguns anos, na educação de uma criança de cerca de 11 ou 12 anos, encontrada vagando pelos bosques de Aveyon (França), e que - privada do contato social por muito tempo - havia sido considerado como "idiota incurável" e conhecida como o "menino selvagem de Aveyron". Apesar de Itard ter considerado pouco proveitosa a sua atuação, por não haver obtido êxito total na educação de Victor (como foi por ele denominado), conseguiu fazê-lo avançar, desenvolvendo algumas habilidades básicas.

Para registrar a experiência vivenciada e mostrar a importância da educação para esses indivíduos, em 1801, Itard escreveu o livro *Mémoire*, considerado a "*pedra angular do que se chama educação de deficientes mentais*" (Pessotti, op cit, p. 59), cujos ensinamentos ainda se fazem presentes em muitas das metodologias desenvolvidas hoje com esses educandos.

Edward Seguin, também médico, deu seguimento à obra de Itard com crianças portadoras de deficiência mental elaborando um

método educativo e publicando a obra "*Traitement moral, hygiène et éducation des Idiots*", em 1846. Sua obra e a de Itard foram seguidas por uma discípula, Maria Montessori, médica italiana (1870-1956), que também desenvolveu um excelente trabalho com crianças portadoras de deficiência mental, em Roma, disseminado para várias partes do mundo, sendo depois adaptado para crianças normais. Outros profissionais também se destacam nesse campo educacional, entre os quais podemos citar: Pestalozzi ( 1746-1827), Froebel ( 1782 -1852), Decroly ( 1871 - 1922).

Com o desenvolvimento científico e técnico, portanto, surgem novos métodos especiais de avaliação, tratamento e educação dessas pessoas, embora predomine ainda um enfoque mais médico do que educacional. Nele era bastante focalizado o "desvio" decorrente de uma visão de deficiência inerente ao próprio indivíduo, ou seja, a deficiência era associada a uma doença, "*numa perspectiva de causalidade interna (...) gerando problemas de estigma*" (Santos, 1992, p. 10).

Por muito tempo a visão de que a Educação Especial deveria continuar a ser subordinada ao domínio médico e o conseqüente fatalismo presente na maneira de perceber as pessoas que apresentavam deficiência contribuíram para que essa se constituísse num subsistema à parte do sistema educacional geral.

A partir do século XX começam a proliferar instituições educacionais para esse segmento da população porém de forma isolada do sistema geral de ensino. Assim, para os educandos portadores de deficiência, mantinha-se "*(...) uma pedagogia diferente, uma educação especial institucionalizada (...)*" (Jiménez, op. cit. p.24), que se ajusta a um modelo educacional segregado.

## A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Após a segunda metade do século XX, lentamente, esses indivíduos passam a ser vistos dentro de um enfoque mais democrático, no qual são enfatizados - embora que de forma ainda teórica - os seus direitos como cidadãos, entre os quais o de terem acesso aos serviços e benefícios concernentes a todas as demais pessoas, inclusive educacionais.

O atendimento educativo, de cunho separado, começa a ser questionado em todo o mundo, a partir da década de 60, principalmente, em decorrência do movimento em prol da normalização, surgido na Dinamarca, com Bank Mikkelsen (1959), que depois foi melhor sistematizado por Bengt Nirge (1969) e por Wolfensberger (1972), sendo disseminado para todo o mundo.

Por "normalização" entende-se não a tentativa de tornar "normal" a pessoa que apresenta deficiência mas o oferecimento à mesma de condições de vida, de educação, de trabalho, de lazer, entre outras, tão próximas quanto possíveis daquelas existentes na sociedade para todos os cidadãos. Tal princípio objetivava estabelecer e manter condutas pessoais que tivessem um maior grau possível de adaptação cultural.

A normalização não envolvia uma técnica única, nem um conjunto unitário de procedimentos, mas uma filosofia de vida, que previa a integração dessas pessoas na sua comunidade em maior grau possível, independentemente do tipo e grau de deficiência apresentada (Heward, 1998). Passa a ser defendida a idéia de que - para a maior parte dos educandos - o dualismo educacional (ensino regular/ensino especializado) não tem mais razão de existir. Pouco a pouco começam a ser derrubadas as barreiras que afastam as pessoas deficientes do mundo comum e, conseqüentemente, da escola regular.

Proliferam os modelos, estratégias e serviços educativos especializados na escola regular, visando a **Integração escolar** dos educandos portadores de deficiência, com base no princípio do "mainstreaming"<sup>2</sup>. Para colocar esses educandos na corrente principal (escola regular) foi criada, então, uma ampla variedade de serviços educacionais, a partir do atendimento em classe comum somente com o professor regente, até o atendimento em classe especial, sob a responsabilidade de um professor especializado.

Nesse modelo de serviços educacionais, de cunho considerado integrativo, não havia a preocupação de fazer com que a escola adaptasse seu currículo e sua metodologia ao aluno que apresentava deficiência, era esse quem precisava se adaptar à escola. Caso isso não ocorresse, seria encaminhado a outras modalidades de serviços existentes. Na realidade, poucos eram os educandos que ficavam em salas regulares, a maioria era encaminhada às classes especiais que – em muitos casos – ficavam como depositárias não das crianças que apresentavam deficiências reais, mas daquelas que, embora não apresentassem deficiências, fracassavam no ensino fundamental. Aqueles que apresentavam deficiências reais geralmente eram encaminhados para as escolas especiais e os mais comprometidos, em grande parte, permaneciam em casa sem qualquer atendimento.

A partir da década de 80 esse modelo educacional começa a ser questionado. Um novo paradigma emerge, o da **Inclusão escolar**, que pressupõe uma ampla abertura na escola para atender a todos os educandos, em sala regular, respeitando as suas diferenças e atendendo às suas necessidades individuais. As modalidades e serviços educacionais especializados existentes na escola passam a ser questionados, em decorrência do seu caráter segregativo.

O professor começa a ser desafiado a trabalhar com a diversidade em sala de aula, ou seja, com as diferenças de seus alunos – sejam eles considerados normais ou portadores de diferenças mais significativas.

Assim, a inclusão *“visa desde o início, não deixar ninguém excluído do ensino regular”* (...) e podemos dizer que vai muito mais além na medida em que, *“pressupõe uma mudança: não se trata mais de ajudar somente os alunos integrados que apresentem dificuldades; a ênfase é ampliada de modo a se considerarem as necessidades de suporte de cada membro da escola (...)”*. (Doré, Wagner et Brunet, 1997, p. 176 - 177) frente às suas diferenças individuais de aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa breve retrospectiva histórica podemos apreender que as pessoas que não se enquadram nos padrões sociais, em decorrência de diferenças significativas em aspectos físicos, sensoriais e intelectuais, foram percebidas e educadas de maneiras distintas das demais, de acordo com padrões sociais de cada sociedade e de cada período.

Essas pessoas foram alvo de atitudes diversas que vão do extermínio ou marginalização total à busca da inclusão plena na sociedade, passando por períodos em que predominou uma visão caritativa/assistencialista e por outros em que imperou uma visão fatalista da deficiência trazendo como consequência um atendimento educacional segregativo.

Na marginalização, é claramente percebida a ausência de qualquer tipo de atendimento às mesmas, baseada numa visão invalidez e incapacidade, enquanto que no assistencialismo impera numa visão piedosa da deficiência, que pouco contribuiu para o aprimoramento do atendimento às mesmas, inclusive para a implantação de qualquer serviço educacional.

Lentamente, em fins do século XIX, inicia-se uma ação educativa mais efetiva com as pessoas que apresentam deficiências, profundamente influenciada por um modelo médico-educacional, o qual prescrevia um atendimento de cunho educacional, porém segregado daquele destinado à maioria dos educandos. Com muito esforço e polêmica, essas pessoas foram conquistando espaço na sociedade e pleiteando seus direitos como cidadãos, inclusive na esfera educacional. Uma dessas conquistas diz respeito ao atendimento escolar em classe comum, sem isolamentos. Apesar do respaldo legal existente, essa luta em prol de uma escola aberta a todos, mas compatível com as necessidades individuais das pessoas, continua a ser desenvolvida até hoje.

Observamos porém que, embora presentes de forma mais marcantes em determinados períodos históricos, todas essas atitudes destacadas nesse processo de atendimento às pessoas portadoras de deficiência são hoje, também, "*dimensões presentes numa sociedade*" (Mazzota, 1982, p.3). Significa dizer que, atualmente, mesmo com todo o avanço da ciência e da educação, ainda coexistem - em relação às pessoas portadoras de deficiência - atitudes que denotam antigas superstições, medo, ignorância, repulsa, preconceitos, fatalismo, assistencialismo estéril, ao lado de uma efetiva preocupação, da parte de alguns, com a sua educação e inclusão social.

Em geral, é comum que, no meio social, os indivíduos, "*de acordo com seu próprio aprendizado e suas expectativas, experimentem diferenças nas atitudes em relação aos deficientes (...)*", sendo que ainda hoje, "*(...) há um número muito elevado de pessoas que carregam sentimentos negativos, muitas vezes dissimulados (...)*" (Buscaglia, 1993, p. 184), ou seja, que têm uma visão errônea sobre eles, a partir de preconceitos arraigados. Essas pessoas estão em toda parte, inclusive no meio educacional, transmitindo a todo o momento a sua visão para os educandos em formação.

Tais afirmações nos fazem refletir sobre a importância :

- da convivência plena das crianças consideradas normais com os educandos que apresentam deficiências, desde as classes mais elementares, a fim de propiciar um processo de construção de vínculos sociais entre eles, sem barreiras, sem preconceitos;
- da formação inicial e continuada do profissional de educação contemplar, de maneira séria e efetiva, questões relativas ao atendimento educacional inclusivo desses educandos para derrubar barreiras e visões estereotipadas sobre essas pessoas;
- de um movimento intenso, sistemático, de orientação sobre as suas reais condições e os seus direitos, extrapolando os limites da escola e chegando até à comunidade mais ampla.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Lígia A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- BIANCHETTI, Lucídio. FREIRE, Ida Mara (org). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas: Papyrus, 1998.
- BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. Trad. De Raquel Mendes. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- CASARIN, Sônia. Reflexões sobre a integração social da pessoa deficiente. In: MANTOAN, Maria Tereza Égler (Org). **A integração de pessoa com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon: Editora Senac, 1997.p. 215-219.

- DORÉ, Robert, WAGNER, Serge, BRUNET, Jean Pierre. A integração escolar: os primeiros conceitos, os desafios e os fatores de sucesso no secundário. In: MANTOAN, Maria Tereza Égler (Org). **A Integração de pessoa com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon: Editora Senac, 1997.p. 174 - 183.
- FERREIRA, Júlio Romero. **A exclusão da diferença**. 2 ed. Piracicaba: Unimep, 1994.
- GUHUR, Maria de Lourdes Periotto. A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Educação Especial**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo e Universidade Metodista de Piracicaba, n. 1, p. 75-84, 1994.
- HEWARD, William L. **Niños Excepcionales: uma Introducción a la educación especial**. 5 ed. Madrid, Prencite Hall, 1998.
- JIMENEZ, Rafael Bautista. Educação Especial e reforma educativa. In: BAUTISTA, Rafael (org). **Necessidades educativas especiais**. 2 ed. Lisboa: Dinalivros, 1997.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Análise da formação do profissional de educação especial, frente às especificidades e necessidades do educando portador de deficiência mental**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1993. Tese ( Mestrado).
- \_\_\_\_\_. Educação Integrada: alguns pontos para reflexão. **Revista Integração**. Brasília; SEESP, n. 16, 1996.p .27-32.
- \_\_\_\_\_. Integração escolar do portador da síndrome de Down – um estudo sobre a percepção dos educadores. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1997. Tese (Doutorado).

- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.
- PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.
- SANTOS, Mônica P. dos . Educação Especial: integrada ou paralela? **Revista Vivência**. Fundação Catarinense de Educação Especial, n. 11, p. 10-15.1992.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Educação – UFRN, responsável por disciplinas do Núcleo Temático de Educação Especial. Doutora em Educação – UFRN.

<sup>2</sup> Mainstreaming – termo geralmente utilizado na sua forma original, expressando a idéia de educar as pessoas portadoras de deficiência, na corrente principal da vida.